

O PATRIMÓNIO, OU UMA DAS FAC(S)ES DA INSUSTENTÁVEL LEVEZA DO SER?(!)

por

Ana Cristina Martins*

Resumo: O texto agora apresentado pretende constituir uma primeira e brevíssima reflexão sobre a emergência, aparentemente simultânea, do traçado de espaços ajardinados, do colecionismo e da salvaguarda patrimonial, esta última já como reflexo de um tempo fora do próprio tempo, de uma busca incessante do preenchimento de compassos supostamente libertos de quaisquer obrigações exteriores à própria essência humana, como consequência, enfim, da afirmação da urbanidade sobre a ruralidade.

Palavras-chave: Jardins; património; lazer.

Abstract: This text constitutes a first and briefly comments about the apparently simultaneously emergency of garden architecture, collections and heritage safeguard, assuming the last one as a response of a time apart from its own time, in search for the accomplishment of hypothetical out of times from any peripheral requirements to human spirit, as a consequence, at last, of the preponderance of urban world over rural one.

Key-words: Gardens; heritage; leisure.

“O *Passeio Público* é uma coisa lúgubre.
– É uma secretaria arborizada,
dizia um homem de espírito.
Passeia-se gravemente, em silêncio,
numa monotonia absorta, a boca semi-aberta,
o olhar amortecido, os braços pendentes!”¹

* Ana Cristina Martins é finalista de doutoramento da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Mestre em Arte, Património e Restauro e licenciada em História – variante de Arqueologia, pelo mesmo estabelecimento de ensino superior. Tem dedicado os seus últimos estudos à História da Salvaguarda do Património Artístico e Arqueológico em Portugal, assim como à História da Evolução do Pensamento Arqueológico e Museológico. Possui várias publicações sobre estas temáticas, algumas das quais decorrentes de comunicações apresentadas em congressos nacionais e estrangeiros. É membro de diversas associações nacionais e internacionais consagradas ao estudo e salvaguarda patrimonial. E-mail: ana.c.martins@netcabo.pt

¹ Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, *As Farpas*, coord. Maria Filomena Mónica, Cascais, Principia, 2004, p. 32.

Quando, na esteira da prática introduzida por Carlos Magno (742-814 d. C.) e dos tradicionais jardins murados medievais, o Renascimento recuperou o apreço pelos espaços verdes decorados e ritmados por estátuas e trechos arquitectónicos, verdadeiramente clássicos, estaria, certamente, muito longe de imaginar as consequências deste seu acto tão específico, ao mesmo tempo que cristalizador de uma mundividência despertada com a célere aproximação do fim da *Era* medieval, ainda que o jardim fosse uma imagem ideal(izada) do Mundo, ao mesmo tempo que a (re)construção do seu protótipo primordial: o paraíso terrestre.

Os humanistas foram, com frequência, jardineiros hábeis e empenhados, inspirados que se encontrariam numa renovada sensibilidade relativa à paisagem envolvente, bem como na tradição recuperada do *otium* clássico. Pretenderiam derrubar, também assim, os baluartes em que se encerravam os estudiosos medievais, levantando o véu que se abatera sobre o mundo circundante, conquanto inscrito numa orbe eminentemente religiosa, consagrada no *convivium religiosum*. Abria-se, assim, o caminho à *imitatio*. Não se circunscreveria, porém, à duplicação, expressando, antes de mais, uma necessidade intrínseca de ultrapassar os (aparentes) limites pessoais e superar os referenciais modelos da própria Antiguidade através da sua (re)apropriação e (re)apresentação nos metafóricos lugares ajardinados. Era, aqui, nestes recônditos intimistas, que ilustravam uma agenda de actuação muito específica, qualquer que fosse a sua natureza. Como em todos os tempos e lugares da ocidentalidade, embora (talvez) com maior incidência durante a Idade Média, a Natureza enclausurada e talhada consoante os momentos exclusivos do desenvolvimento interno das sociedades em que emergia era pontuada de elementos da matriz cultural europeia materializada nos signos tridimensionais clássicos, conferindo-lhes uma áurea de (re)descoberta a quem as vislumbrasse.

(Re)Viviam-se, assim, os ambientes das antigas *villas*, numa tentativa de estabelecer uma continuidade entre as pretensões dos antigos imperadores romanos e dos novos guias espirituais da ocidentalidade, numa (re)criação da *urbs aeterna*, institucionalizando a denominada *villeggiatura*, onde despontava o mito da *idade de ouro*, da noção cristã de *Paraíso* e da *vita contemplativa* renascentista, como se os jardins, contrariamente à recolha pastoral no posterior ambiente pitoresco do romantismo inglês, reflectissem a magnificência divina. Com efeito, mais do que (re)criar o ambiente fruído no seio dos seus protótipos romanos, eles próprios sinónimos de um determinado poder que se pretendia, agora, transpor para outros cenários e, até, figurinos, a eclosão do enraizamento da prática da jardinagem, conduzida por membros ilustrados da aristocracia, num primeiro momento, e da burguesia esclarecida, já numa segunda fase, (de)(a)nunciava a abertura de uma das feridas que marcariam mais profundamente o quotidiano da modernidade e contemporaneidade ocidental. Referimo-nos, em concreto, ao irreversível processo de apartamento artificial do

Homem da sua Natureza intrínseca, da sua comunhão, enfim, com a ruralidade local e regional, a mesma que sempre lhe concedera a aparente certeza de pertença a algo que devia manter e defender, até para sua própria (sobre)vivência e perpetuidade dos valores implícitos, ainda que construídos e/ou ditados por entidades a ele estranhas, mas sempre em nome de um ideal, tantas vezes desconhecido e/ou incompreendido na globalidade.

Mas, mais do que um sinal dos novos tempos, ponteados pela crescente supremacia da urbe, onde confluíam todos quantos ambicionavam alcançar um qualquer estatuto, e à parte o seu carácter, o despontar destes espaços traduzia uma necessidade, também ela indiscutivelmente perene: a regulação de costumes. Um procedimento concretizado através do estabelecimento, ainda que officioso, de uma súmula de critérios teóricos fundamental à imposição de um determinado modelo de sociedade, parcialmente transcrito neste novo ritual, aparentemente mundano. Ilusoriamente, porquanto, ao invés do que se pressuporá, os jardins assumiram, pelo menos até ao dealbar da contemporaneidade ocidental, uma índole iniciática, apenas cumprida por quem detinha os conhecimentos essenciais à sua descodificação. Agora que as diferenças ocasionadas entre determinados grupos sociais tendia a esbater-se, por força do desenvolvimento comercial, científico-tecnológico e literário, urgia traçar novos módulos de enumeração social e, quase por inerência, política. Enquanto isso, a arquitectura fruída nestas novas atmosferas enunciava uma estrutura mental que se pretendia oficializar numa área e num momento definido, embora decorrente de uma recente postura emergida face ao meio em que se inscrevia: a da crença no ilimitado poder criador e criativo do Ser Humano exposto nestes autênticos microcosmos, corporalizando e expressando um certo passado.

Por conseguinte, ao mesmo tempo que regravam atitudes através do traçado das âleas e da aposição estratégica de “elementos-referência”, os jardins eram transformados num verdadeiro programa de intenções, partilhado, sentido e pensado tridimensionalmente. Neste sentido, o apreço votado pelos Homens do Renascimento a um certo passado, à sua compilação e demonstração (mesmo que a título privado e selectivo) acompanhava o movimento então observado nos jardins, cuja arquitectura articulava harmoniosamente uma disposição floral e a linguagem heráldica que importava reforçar por forma a legitimar as pretensões sociais e/ou políticas de quem deles desfrutava, funcionando, ainda que cortesmente, como repertório autobiográfico, ao mesmo tempo que genealógico.

Entretanto, o século “iluminado” conceptualizava o *pitoresco* enquanto elemento da realidade envolvente passível de ser apostado numa qualquer tela ou nouro tipo de suporte indispensável à sua fixação pictórica e, por extensão, memorial, (re)inaugurando a busca ocidental da harmonia perdida no tempo, numa anamnese da *idade de ouro* hesfodoniana recobrada pelo pensamento judaico-cristão. Além disso, estava-se num

momento particularmente propício a similares deambulações individuais e intimistas assentes num diálogo permanente entre contemplação e intuição presentes na (e estimulados pela) religião natural deísta, enquanto se reforçavam os laços entre Natureza e o ideal de liberdade, embora ainda sem a conotação posteriormente conferida ao egoísmo individual liberal, condição primeira para o próprio crescimento geral da Humanidade (=ocidental). Acarretou, todavia, a instalação da “lei do mais forte” spenceriano, em grande parte na sequência do *laissez-faire* setecentista, entretimentos cauterizado pela filosofia moral inglesa, ao apensar a *benevolence* e o *social love* ao *self-love*.

Não deixa de ser, ademais, relevante que, no caso do português Fr. Manuel do Cenáculo Villas-Boas (1724-1814), Superior Provincial da Ordem Terceira de S. Francisco, sobretudo depois de viajar a Roma², se entendesse fundamental *espiritualizar a materialidade dos objectos*³, esses autênticos mediadores da patrimonialização, na medida em que configuravam manifestações divinas dispensadas ao Homem, como as estruturas edificadas ao longo dos tempos. Compor-se-iam, por conseguinte, com a Natureza, merecendo, por isso, todo o respeito e atenção, radicando (talvez) nessa necessidade um (senão o) dos principais vectores propulsores do interesse confessado pelos vestígios antigos, como etapa fundamental da missão última do Homem: a interiorização total do Mundo de modo a torná-lo numa criação verdadeiramente divina. Tal como, aliás, cada episódio da longa caminhada civilizacional protagonizado pelo ente (supostamente) privilegiado da *Génesis*, e para quem tudo na Natureza preenchia uma necessidade humana, como exercício máximo da protecção divina. Assim como o progresso histórico fundamentado na evolução anti mecânica teria uma finalidade na sua construção metafísica⁴. E terá sido este o critério pelo qual Fr. Manuel do Cenáculo se consagrou à recolha de fragmentos de uma *memória* materializada em diversas formas, embora quase todas de vector temporal e espacial ocupacional romano, com base nos quais formou, em 1811, um museu arqueológico anexado à Biblioteca Pública de Évora, mais de um século antes de ser incorporado no Museu Regional da mesma cidade⁵.

Esta questão deteria, na verdade, uma relevância bastante mais significativa do que poderíamos conjecturar em todo este processo. Bastará, talvez, lembrar que

² Cf. Henrique Coutinho Gouveia, *A igreja e a cultura em Portugal. museus e museologia*, Lisboa, UCP, 2000.

³ Fr. Manuel do Cenáculo citado em Pedro Calafate, “Ciência e Religião”, *História do Pensamento Filosófico Português*, dir. Pedro Calafate, vol. III, *As Luzes*, Lisboa, Caminho, 2001, p. 347.

⁴ Pedro Calafate, “Oliveira Martins: as aventuras da História”, *História do Pensamento Filosófico Português*, dir. Pedro Calafate, vol. IV, t. I, *As Luzes*, Lisboa, Caminho, 2002, p. 181.

⁵ Decreto, n.º 27:273, *Diário do Governo* n.º 276, de 24 de Novembro de 1936, publicado na *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, anno de 1936, Lisboa, Imprensa Nacional, 1947, p. 591.

nos encontrávamos no século em que o arquétipo newtoniano era paulatinamente apropriado pelas restantes ciências, numa altura em que as questões religiosas se revestiam de uma importância renovada, ainda que as *Luzes* continuassem a ser vulgarmente entendidas pelo seu lado (aparentemente mais) racional, materialista, céptico e secular. A realidade, porém, terá sido bem diversa, plena de contornos sinuosos e de caminhos de difícil percurso. Com efeito, foram vários os investigadores a revelar uma (quase inesperada) dificuldade em conciliar o natural e o sobrenatural, as leis naturais e a providência divina, a filosofia moral e a virtude espiritual. Um dilema compreensível para quem (con)vivia num período de transição, entre um quotidiano (ainda) coarctado a uma visão apocalíptica do devir e um futuro que se vislumbrava confiante, porém demasiado enevoado para ser percebido na íntegra, mesmo que ilusoriamente ajustado a um novo modelo há muito ansiado pelas mentes mais “iluminadas”. Reportamo-nos, em concreto, à racionalidade proporcionada pelo conhecimento científico, fundamento último de algo bastante maior e mais relevante para a Humanidade: a emergência de uma ética social desarraigada dos temores propagados pela Igreja.

Havia, todavia, que ultrapassar vários obstáculos, pois, ainda no início de setecentos, ciência e religião comungavam da antiga ideia grega de uma Natureza estática e mecânica desde o momento em que fora geométrica e hierarquicamente criada por *Deus* uma das razões pelas quais o médico e naturalista sueco Carolus von Linné (1707-1778) se dedicou tão firmemente à classificação e catalogação dos organismos], transformando-se a ciência e a Natureza em dois veículos de confirmação do carácter imutável das *Escrituras*, ao mesmo tempo que se guiava e subordinava a razão à *Revelação*. Assumia-se, por conseguinte, que a essência de *Deus* e do(s) seu(s) propósito(s) poderia(m) ser apenas apreendido(s) na complexidade da totalidade (ainda que não necessariamente pelo modelo experimental e metodologia indutiva baconiana) do *Seu* acto criador, objecto de análise da teologia natural (ou *Naturphilosophie*). Uma abordagem essencial para compreender o lugar e a missão humana, bastando para tal, segundo o escritor Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), atender sensitivamente à Natureza, sem forçá-la a responder a uma série de questões ditada por uma teoria, num pano de fundo cultural predominado pelo movimento conhecido pela designação de *Sturm und Drang*, assim como pela *Naturpoesie* e *Biedermeier*. Pelo contrário, havia que se aproximar holisticamente da realidade, integrando um todo corporalizado em múltiplas expressões, elas próprias evolutivas, mas somente por vontade superior, concedendo apenas ao Ser Humano a ilusão de actividade, conquanto projectada e proporcionada pela mão divina, descodificada pelo método cartesiano [revisto pelo *Empirismo* de John Locke (1632-1704)], contrariamente à defesa de um Universo bastante mais flexível e mutável, mais consentâneo à filosofia racional kantiana e focalizado no entendimento dos

seres vivos enquanto sistemas orgânicos únicos e auto-reguladores e, acima de tudo, auto-suficientes. Assistia-se, deste modo, ao afastamento dos jardins aristocráticos “iluministas”, especialmente quanto à principal mensagem que proclamavam: o domínio do Homem sobre a (sua própria) Natureza através do poder da razão expressa no *despotismo iluminado*.

Era, contudo, uma prática parcialmente transposta, já no século posterior, para os espaços ajardinados, assumidos de modo cenográfico (por forma a contemplar as diversas sensibilidades individuais), como se de duas entidades absolutamente indissociáveis se tratassem. Mas, contrariamente ao que sucedia na pintura, nos jardins a heroicidade (=protagonismo) era avocada pela própria atmosfera, enquanto os visitantes se transmudavam em actores, ao mesmo tempo que espectadores de um cerimonial alegórico raramente apreendido na integridade por todos. O que não surpreenderia, atendendo à influência directa que nele exercera a epistemologia lockeniana (e as novas bases que lançara à ideia de contrato social a partir da noção de direito natural), de raízes platónicas e baconianas, com a ênfase conferida ao indivíduo, enquanto responsável supremo pelas suas próprias construções mentais. Um pressuposto adoptado numa época em que os jardins emblemáticos viviam ao lado dos expressivos bosques diferenciados pela ausência de *stimuli* exteriores à paisagem. Seriam, estes, os casos dos recorrentes elementos lapidares e/ou estatuária, enquanto se erguiam as denominadas “ruínas fingidas” (enquanto cenários-motores de meditação), num apelo (ao mesmo tempo que num aviso) quase desesperado perante a (demasiada) fragilidade e (irremediável) fugacidade humana. Mas eram, sobretudo, um desafio emitido ao tradicional entendimento de *vanitas* humana, enquanto eram gradualmente associadas a eventos históricos muito particulares, participando de uma grande cenografia espalhada ao longo destes novos espaços verdejantes, os quais, com o despontar romântico, se converteriam rapidamente em paisagens monumentais.

Para lá da sua poesia constitutiva, cada trecho representaria a letra de um infindável alfabeto arquitectónico amplamente utilizado para caracterizar um local, uma região, uma cultura, uma forma de ser, estar, pensar e actuar, assim como de um período e, até, de uma determinada sociabilidade. Eram elementos integrantes de um microcosmos da grande enciclopédia configurada pela História da Humanidade, parcial e selectivamente plasmada nos recantos ajardinados, como se um gabinete de curiosidades ao ar livre se tratasse, tantas vezes transformados em palco de agendas ideológicas muito precisas, como verdadeiros hinos à evolução humana, tão grata ao *Iluminismo*. Além disso, funcionavam como percurso iniciático desenvolvido em torno de viagens rituais e ritualizadas através de uma sucessão de áleas predeterminadas correspondentes à transposição de provas indispensáveis à requerente evolução moral e espiritual de cada agente, ainda que sob a égide de uma aparente liberdade de

pensamento e/ou imaginação. Daí que as entidades particulares, as localidades, as regiões e as nações; metamorfoseando-se em estados, carecessem, não propriamente de uma imitação dos jardins, mas da apropriação simbólica do poder que representavam. A arquitectura era, assim, assumida como a *arché* das artes (e arte do exórdio), autêntica matriz/referência/símbolo da origem e da própria História (enquanto paradigma da obra, ao mesmo tempo que “lugar-memória”), funcionando como metalinguagem para uma reflexão e criação mais profunda, rasgando horizontes dirigido à construção de novas tradições culturais.

Na verdade, os jardins transformavam-se em autênticos salões ao ar livre, onde a Natureza era moldada de acordo com o ideal que se pretendia transmitir. transpondo, deste modo, as fronteiras da simples imitação, para aceder a um nível bastante mais complexo, mas ao mesmo tempo (algo) desconcertante: o da a(re)presentação das suas potencialidades, ou seja, tal como ela poderia (e deveria) ser. Pelo menos no espírito humano, o que contradiria, de algum modo, a *Criação* divina, ao mesmo tempo que abria caminho a um exercício assumidamente iluminista de étimos cartesianos, onde pontificava o *Ser humano*, epicentro do *Universo*, por excelência. Um posicionamento derivado do antropocentrismo judaico-cristão (re)visitado num contexto mais tardio, numa área tão específica quanto relevante para a perpetuidade dos novos desígnios políticos europeus. Falamos, em especial, da conservação e restauro violetiniano de edifícios-ícones antigos de cada delimitação geográfica, conduzidos em plena consolidação do processo de formação dos denominados “estados-nação”, onde persistiam os cânones há muito impostos pela sociedade feudal, embora sob outras roupagens, apesar do paulatino entrosamento de uma certa burguesia endinheirada. Terá sido nesta conjuntura que ocorreu uma transferência gradativa do modelar jardim francês – símbolo maior de um poder absoluto(ista) – para a admiração dos espaços ingleses (tanto paisagísticos quanto pitorescos e/ou construídos), arquétipos de uma Europa (presumidamente) desagrilhada, como indicaria a suposta ausência de um traçado conceptual predeterminado. Espírito este, profundamente assimilado pela linha ruskiniana de conservação monumental, como se de enormes museus destituídos de paredes se tratassem, convertendo-os em simulacros de geomonumentos gizados (ainda que inconscientemente) por uma postura antroposférica.

Com o assomar da contemporaneidade, os espaços ajardinados serviram propósitos socialmente mais pragmáticos, ao comporem passeios públicos urbanos, onde a ritualidade (re)criativa era dominada e inscrita nas actividades de lazer de uma comunidade contida, ainda que discreta, officiosa e indirectamente. enquanto eclodiam momentos de espectáculo nalguns dos seus recantos, sob a égide do controle de costumes. Enquanto isso, os elementos naturais penetravam num cenário aposto para gáudio humano, num evo que acompanhava a ritualização das peças teatrais, entretanto de igual modo enclausuradas, transpostas, enfim, das ruas para o interior de edifícios

especialmente concebidos para o efeito e regradas superiormente segundo os cânones impostos pelas vigências circunstanciais, reproduzidas pelos círculos burgueses com base nos ancestrais códigos patrícios. Era, já não o Homem inserido na (sua) Natureza, mas fragmentos da Natureza recortados, franqueados e dispostos pelo e para o Homem, de modo a colorir um quotidiano cada vez mais cinzento, frio e estandardizado, decorando zonas de trânsito adequadas à nova simbólica social, a relembrar, no fundo, os hortos clericais de acentuado colorido e fragrância, certamente a exemplo dos anteriores jardins aristocráticos. Assinalavam, deste modo, o advento dos novos tempos assinalados pela consolidação do afastamento há muito (pres)entido entre as realidades urbana e rural, criando no seio daquela uma *memória* desta, conquanto talhada ao gosto e consoante as especificidades da nova mundividência cidadina, ao mesmo tempo que se prosseguia no caminho anteriormente desbravado rumo à autêntica imitação, composta, não de uma mera cópia produtiva da Natureza, mas de sucessivas e intensas transplantações.

Entretanto, os jardins funcionavam como verdadeiros “portos de abrigo” a uma sociedade crescentemente refém de um tempo ditado pelo ritmo, não da Natureza, mas das mais variadas transacções comerciais e acções diplomáticas. Ironia da própria História ocidental, os espaços verdes era, agora, preservados como se configurassem um aditamento da aldeia e de tudo quanto ela significava para a interioridade de quem, embora gradualmente, começava a perder a relação umbilical com a sua própria (e única, na verdade) essência. Dever-se-á, contudo, sublinhar, sob pena de perdermos uma visão mais aproximada e global da realidade, que, até oitocentos, tais evocações se restringiam ao universo aristocrático e da alta-burguesia, no âmbito, já no século XVIII, da denominada *vigellatura* (*vide supra*): Ou seja, de uma certa paixão elitista por toda a simbologia e actividades campestres aliadas a grandiosas festividades plasmadas em monumentais exemplos de arquitectura efémera, num exercício transmitido, por exemplo, por composições haendelianas e vivaldianas, num momento em que a aristocracia e os altos servidores do Estado buscavam igualar os faustos musicais da corte. Uma tendência que as centúrias subsequentes reviriam e aprofundariam, especialmente através dos registos etnográficos e abordagens etnológicas. Germinava, em todo o caso, uma premência individual e grupal de (re)correr periodicamente ao campo e aos ícones de antanho, por forma a alcançar a serenidade e inspiração (aparentemente) negadas pela excessiva agitação da vida cidadina.

Uma constatação sabiamente utilizada pelos organizadores dos primeiros grandes espaços museológicos ocidentais subsidiários de 1789 e verdadeiramente matriciais para quantos lhe seguiram o exemplo, um pouco por toda a Europa. Chegado que estava o século XIX, verdadeira centúria do *devir* humano, autêntica confluência de seres, saberes e fazeres (num reflexo quase imediato da complexidade de cada indivíduo, ele próprio imbuído dos mais díspares sentimentos), enquanto cadinho de múltiplas

influências assimiladas, conquanto aceites (mais ou menos) linearmente ao longo dos seus decénios. De facto, não terá sido simples casualidade que elegessem, para albergar, aprisionar e expor elementos, tantas vezes, criteriosamente apurados dependentemente dos propósitos teóricos e/ou ideológicos subjacentes, espaços onde, a par de um edifício, se usufruísse de uma área evocativa do ambiente natural necessário à encenação do património (posto que ainda não entendido como tal) recolhido. E esta postura decorria num tempo em que, na boa tradição seiscentista do *Grand Tour(isme)*, se perpetuavam as viagens aristocráticas e burguesas aos recessos primordiais da cultura europeia e seus actuais pretensos depositários, num momento em que o ideal cristão de *Paraíso* e sua demanda se aliava aos mitos ficcionados arcadianos e ao território italiano romanizado, por forma a visionar mais de perto um modelo de Natureza traduzido na própria História da Arte. Constituía, na verdade, um arquétipo onde os elementos arquitectónicos davam lugar a paisagens bucólicas e primevas, impulsionadoras de solidão e melancolia, nas quais marcavam percursos, suscitavam sensações, apelavam a emoções e proporcionavam instantes instropectivos de carácter individualizado, com um sentido moralizante e de evocação heroicista de contornos meio compendiais, numa (quase) síntese entre Antiguidade e Cristianismo, entre religião natural e revelação bíblica. Estava-se, assim, perante algo semelhante a um *projet d'hétéropie* resultante, em grande parte, de uma concepção e digressão antropocêntrica e psicologista apoiada no ideal de aventura, de conquista e de realização, instigando abordagens literárias autodiegéticas, em forma de diálogo, carta ou memória.

Enquanto isto, animavam-se recôncavos de grandes jardins e parques públicos (talvez antevendo os parques temáticos/culturais novecentistas) com as denominadas “ruínas fingidas”, símbolos inequívocos da natureza transitória da existência humana, ao mesmo tempo que dos seus actos e do próprio desvio sentimental do Homem contemporâneo relativamente às suas raízes mais profundas, (re)memoradas nestes elementos, como se participassem de um vasto programa propagandístico, agora ditado pelo regime liberal assente num ideal de suposta igualdade. Paulatinamente, derrubavam-se, deste modo, as fronteiras impostas pelo Barroco entre o Homem e a Natureza selvagem, adoptando algumas das suas formas caracteristicamente primitivas, como seriam as colinas, os vales e os bosques, recuperando, no fundo, as tentativas conduzidas pela Antiguidade clássica de imitar a própria Natureza. Não obstante, os conhecimentos fundamentais à interpretação dos signos pareciam continuar a confinar-se a determinados grupos, quantas vezes derivados dos anteriores detentores do poder, agora (sobremaneira) exercido através do cultural e da força da palavra. E bastará, talvez, lembrar a estruturação do célebre “Passeio Público”, em Lisboa, para compreendermos como o cerne dos anteriores rituais e regras se perpetuavam numa *Era* que se pretendia aberta a todos e por todos.

Mas, com o nascimento da contemporaneidade, o Homem ocidental viu-se perante uma realidade inteiramente surpreendente, ao mesmo tempo que desconcertante: um tempo, fora do próprio tempo, imposto e não (re)criado por si, ainda que, supostamente, em seu benefício. É certo que já existiam momentos de lazer. Mas eram sobretudo apanágio de uma elite que os vivenciava de modo quase contínuo, enquanto que, aos demais, restavam, tão somente, os proporcionados pelo calendário litúrgico e benesse real e/ou senhorial. Essencialmente conquistado pela urbanidade ou, melhor, para a urbanidade, o “tempo-livre”, não de si mesmos, mas do trabalho cadenciado pelo som impiedoso do mecanismo relojoeiro, rasgava caminho a uma série de novas estruturas de sociabilidade até então confinadas às elites, não tanto intelectuais, quanto sociais. Mas não só. Transpostos para o domínio dos protagonistas da nova estratégia económica, sustentada pela (e sustentáculo da) recente agenda liberal, estes enredos implicariam uma mutação assaz radical na forma de estar e actuar das comunidades urbanas, quase sempre em confronto directo com a substância do seu ser.

Estava, deste modo, descerrada a porta à procura e oferta de novos mercados relacionados com a gestão dos “tempos de lazer” que já não se circunscreviam aos espaços públicos da urbanidade, fosse sob as vestes de uma ópera, opereta, bailado, teatro e manifestações públicas de carácter efémero, para além dos jardins ou, até mesmo, dos museus. Enquanto isso, os novos *sítios* arqueológicos e, por consequência, o relativismo histórico, o tempo universal e a fugacidade existencial, passaram a integrar a propedêutica e primado (da cultura) do olhar dos itinerários do *Grand Tour(iste)* (um rito de passagem da adolescência⁶ de raízes quinhentistas e seiscentistas⁷), numa época em que o epicentro das viagens literárias parecia deslocar-se paulatinamente para fora das fronteiras da latinidade europeia rumo ao Norte europeu, verdadeiro centro da nova mundividência civilizacional das *Luzes*. Contrariamente ao primeiro movimento, caracterizado pela transferência do espírito dos locais e regiões exógenas para o interior citadino, era, agora, a cidade, ou as povoações economicamente mais desenvolvidas, a carecerem de refúgio e de recolhimento de um quotidiano que, apesar de preencher os seus dias, deixaria pouco espaço à intimidade e ao pleno convívio com terceiros. Era como se, à semelhança da fotografia, os espaços musealizados (“apresentados”), por exemplo, bem como edifícios históricos evocativos de uma realidade que urgia exaltar politicamente, encenando-os para um público ávido, não tanto, ou não apenas, da realidade histórica que carregavam, mas da certeza de se encontrarem ante algo que simbolizava o passado do país ao qual pertencia

⁶ Alain Corbin, *História dos Tempos livres. O advento do lazer*, Lisboa, Editorial Teorema, 2001, p. 23.

⁷ Cf. Michael G. Brennan, *The origins of the Grand Tour. The travels of Robert Montagu, Lord Mandeville (1649-1654), William Hammond (1655-1658), Banaster Maynard (1660-1663)*. London, The Hakluyt Society, 2004.

e/ou com o qual se identificava, se se acreditasse fazer sentido em ser, no nosso caso, português e, talvez mais do que isso, poder orgulhar-se de sê-lo, defender e propagar, por consequência, os seus valores. Cumpria-se, deste modo, a intenção liberal, ao tentar transferir para cada cidadão a tarefa quase messiânica de arautos e guardiães da(s) memória(s), um papel até então confinado às esferas restritas do supremo poder político, agora exercido de forma bastante mais complexa, mas nem por isso menos directa. Estava, assim, instalada a prática da eternização de signos e símbolos, colocando-os fora do seu próprio tempo.

Foi, assim, que, a par das deslocações a termas e a praias, o melhoramento das vias e dos meios de transporte, designadamente ferroviário, permitiu, já na segunda metade do século XIX, a eclosão de um novo entendimento: o de férias. Um conceito e uma prática emergidos num ambiente assumidamente urbano e industrial, tão ritualizado e regrado como a transposição dos portões dos jardins modernos, agora fixado em datas muito precisas, numa nova expressão do controlo anteriormente exercido por outras entidades. De facto, longe da necessidade evidenciada por iluministas pré-românticos, esta busca pouco comungaria de uma recusa dos eventuais constrangimentos temporais. Na verdade, este enorme apreço pela Natureza estruturava antes de tudo, e de forma inédita, o próprio tempo, por oposição ao observado nas comunidades artesanais e/ou rurais, onde o ócio se enquadrava harmoniosamente nos seus actos quotidianos, estes sim cadenciados ao ritmo da própria Natureza. Assistia-se, por conseguinte, à transformação da anterior prática da *vigelliatura* aristocrática numa ideia de direito ao lazer, mas que mais não seria, no fundo, do que uma forma de ritmar e controlar o movimento de dispersão individual proclamado pelo Romantismo, por forma a exaltar a energia demiurga do espírito e da ambição conferida pelas capacidades inatas do *Eu* e do intrínseco *Sehnsucht*. Um propósito retomado e aprofundado pelo *Estado Novo*, já nos anos trinta, de modo a organizar o lazer dos trabalhadores, pretensiosamente proclamado como improfícuo e desfavorável fora das malhas estreitas impostas por organismos estatais especialmente concebidos para o efeito, num poderoso instrumento, na realidade, de controlo das actuações operárias⁸.

Com efeito, ganhava terreno um tempo disponível (apenas para os sectores secundário e terciário da economia nacional) para o consumo, transformando essas horas e dias num autêntico mercado para uma nova indústria: a do lazer. Uma actividade agora entendida, já não como privilégio de setecentos e oitocentos, mas como um direito de quem contribuía para o engrandecimento de cada país, ainda que de forma imperceptivelmente controlada, com vista ao predomínio das práticas consideradas enriquecedoras sobre a mera ociosidade condenada pela Igreja, transformando-a em *otium litteratum*. Havia, no entanto, para isso, que regular os espaços

⁸ Alain Corbin, *Idem*, p. 370.

tornados públicos, a fim de modelar a disponibilidade (mas não a inutilidade) dos seus novos frequentadores, em comunhão ao exaltado trabalho produtivo desenvolvido individualmente⁹. E se os séculos precedentes assistiram à expressividade dos lazeres populares ao ar livre, em lugares aparentemente alheios a compartimentações sociais, o século XIX enclausurou esse tempo, transpondo a convivência regular para o interior dos novos circuitos cerrados de ascese pessoal, dos quais faziam agora parte os museus, numa época em que os novos traçados urbanísticos tendiam a democratizar-se, prolongando os rituais de salão nas suas salas e corredores. Urgia, pois, conduzir toda uma política museológica direccionada para a educação das futuras gerações dirigentes do país, enquanto se alargava o leque de visitantes composto de representantes de variadas profissões e classes sociais, num evidente processo sociológico e socializante da denominada “cultura de massas” que o regime republicano pretendia “educar” (através da qual perpetuaria, mesmo que inconscientemente, uma cultura erudita, elitista¹⁰) por intermédio de medidas muito concretas.

Para evitar a aparente dissonância pressentida noutras áreas, onde a criação e a criatividade eram e tinham e/ou deveriam ser alheias a qualquer tipo de limitação, como a emancipação introspectiva registada na música do alvor novecentista, precisamente através do lirismo individual, da apoteose do solista e das composições individualistas e personalizadas para piano, enraizou-se a ideia de que, sem uma orientação prévia e simultânea, designadamente através da delineação de percursos, da redacção de catálogos e de guias, ao mesmo tempo que se formavam intérpretes das realidade observadas, os novos fruidores sentir-se-iam perdidos e desorientados. Insistia-se, por isso, na instituição de uma (nova) propedêutica do olhar, ela própria imbuída de um papel iniciático, ainda que não revelado na plenitude. Antes de mais, ele era, certamente, inspirado nas anteriores viagens pitorescas, que somente aos economicamente mais capitalizados era dada a oportunidade de perpetuar, porquanto os únicos capacitados a prosseguir o modelo clássico das grandes estadas, às quais se rendia a figura do *flâneur* (ainda longe da tendência novecentista para a sua inserção plena no paradigma subjacente), agora que a criação dos denominados “centros históricos” e a inerente mutação dos espaços públicos originava a procura de maior privacidade, longe da paisagem pétrea das cidades. Um pendor originado pela demanda romântica de um refúgio para o irreversível processo de desenvolvimento científico-tecnológico contemporâneo, cultivando a evasão e o isolamento individual guiados pela imagem idealizada do exótico *beau sauvage*, uns, e do passado nacional, regional e/ou local, outros, na procura, enfim, de um lugar e de um tempo ainda intocados pela corrupção

⁹ Cf. *Id.*, *Idem.*

¹⁰ *Id.*, *Idem.*, p. 15.

urbana, que lhes permitisse conhecer os sortilégios existentes e recônditos da Natureza, as harmonias e as correlações cósmicas, os afãs acerbos e os mistérios do Homem. Conquanto involuntariamente, principiava-se a constituir, assim, pequenos museus interiores, tantas vezes materializados bidimensionalmente em registos gráficos e/ou fotográficos, factor crucial para a formação de um novo tipo de linhagem através da acumulação de semióforos, por mais descodificados e interiorizados que se apresentassem, especialmente de um ponto de vista, à época, assumidamente europocentrista. Não surpreenderá, por conseguinte, que, nos finais dos anos trinta do século XX, se fixasse, entre nós, a área de protecção dos imóveis classificados em cinquenta metros, *de reconhecido valor arquitectónico*, precisamente porque,

O valor e a beleza arquitectónica de um grande edifício ou de um monumento artístico não provêm sòmente da harmonia das suas proporções, da elegância das suas linhas, do arrôjo da sua concepção, da riqueza ou bom gôsto dos seus materiais; resultam ainda, e por vezes muitíssimo, do ambiente em que o edifício vive, da moldura em que o enquadra o conjunto de edificações que o cercam¹¹ [enquanto] o arvoredado, que constitue interessante moldura decorativa dos monumentos arquitectónicos e valoriza grandemente as paisagens, é por vezes impiedosamente sacrificado [...] Por êste motivo devem proteger-se [...] Dêste modo não só se afirma por êles respeito, como se organizam os meios de defesa desta parte do nosso património representado na paisagem, na arquitectura dos jardins¹².

Não era, porém, propriamente, uma novidade entre nós, pois, logo no início dos anos quarenta do século anterior, Alexandre Herculano (1810-1877) referira que, a par de livros, templos, obeliscos, estátuas, palácios, campas, “[...] a arvore e ate o chão defeso e condenado a perpetua esterilidade podem ser monumentos.”¹³, em virtude da (re)memoração histórica que encerravam.

Afirmaremos, portanto, que, neste processo inexoravelmente marcante do Mundo contemporâneo, a área patrimonial revelou-se uma das triunfadoras, ao mesmo tempo que perdedoras. Se a procura de ícones antigos suscitou a criação de um amplo mercado turístico, despertando novas premências patrimoniais em termos individuais e/ou colectivos, independentemente da sua natureza e/ou origem, ela ditou a sorte dos exemplares desconhecidos, ignorados ou velados, omitindo com frequência as verdadeiras premências e interesses daquele que deveria ser sempre o seu verdadeiro protagonista: o público visitante. De facto, a área *patrimonial* encerraria uma dupla problemática: o surgimento de inconvenientes (para o sistema vigente) manifestações

¹¹ *Diário do Governo*, I série, n.º 271, de 18 de Novembro de 1932, decreto n.º 21.875, p. 677. Sublinhados nossos.

¹² *Diário do Govêrno*, I série, n.º 37, Decreto n.º 28.468, de 15 de Fevereiro de 1938, pp. 399-400. Sublinhado nosso.

¹³ Alexandre Herculano, “Conhecimentos uteis. A Escola Polythecnica e o Monumento”. *Revista Universal Lisbonense*, 4.ª série, vol. 2, n.º 38, Lisboa, s/e, 1843, p. 470.

de insatisfação social e (talvez o mais relevante do ponto de vista humano) de questionamentos interiores, de nível introspectivo.

Mas outro problema se configurava. Numa realidade nacional que parecia sê-lo cada vez menos, havia que ultrapassar, em nome dos espaços geográficos e mentais conquistados ao longo dos tempos, um latente e delicado desprendimento pelas páginas de antanho, em torno das quais se congregavam ideais e se venciam quereres muito próprios. Numa *Era* em que se estreitavam, a uma velocidade quase inconcebível, regiões, culturas e gentes, mitigando o tempo anteriormente auferido para ponderar sobre assuntos mais profundos, tanto intrínsecos como extrínsecos ao próprio *Ser*, havia que estudar, divulgar e preservar as (estratigrafias de) *memórias* nacionais, regionais e/ou locais, apoiando-se, para tal, na convicção de que uma cultura que não se (re)visse nela própria permaneceria vulnerável à adopção das oriundas de outros recantos, sem tempo para um exercício de reflexão, especialmente no respeitante às razões que lhe subjazessem.

Compreender-se-á (talvez) deste modo, como o *património* se ajustou (quase) na perfeição a uma necessidade interior, ainda que inconsciente, de encontrar conteúdos impeditivos de uma condensação maior nos problemas fulcrais da Humanidade e do *Ser*, tantas vezes *insustentável* pela ausência de diálogo connosco e com os outros, como que em busca de um refúgio *para* e *de* nós próprios proporcionada por uma sociedade criadora da denominada “cultura de massas”, na qual se associou o *património*, ele próprio transformado num exercício de transferência (ou de fuga) de hesitações pessoais através da interiorização de *âncoras de memória*. E o afastamento que a ocidentalidade começava a (pre)sentir relativamente a tudo quanto a associava a um determinado espaço (i)material conduziria de igual modo à cultura *patrimonial*. Com efeito, verificamos amiúde que, quando presentes, as políticas de património nem sempre corresponderão às necessidades verdadeiramente constitutivas de quem busca os seus testemunhos, ou de quem é induzido a procurá-los, pois as reais motivações do amplo empenho nacional na promoção patrimonial revelam-se com frequência distantes da imprescindível apresentação de páginas do passado, aproximando-se, pelo contrário, de um propósito ideológico fixado e datado. Não estranhará, por conseguinte, que Portugal conferisse primeiramente o estatuto de “monumento nacional” a edifícios tradutores dos momentos que mais importaria enfatizar em nome da legitimação das fronteiras físicas e mentais do território, por se encontrarem hipoteticamente revestidos de uma determinada mensagem, obviando-se os que a pudessem contradizer ou relativizar.

Era, porém, uma sociedade que se entrelaçava contrafeita e irreflectidamente num estonteante e inglório combate contra o tempo, na ilusão de alcançar a eternidade através da (re)visitação de “lugares de memória”, mesmo quando não os compreendia na totalidade. Era como se o mero acto de visionamento bastasse para apreender o

seu real sentido, num país onde o investimento político na área cultural e, sobretudo, patrimonial, começava a trilhar caminhos tardios, eventualmente pela ausência dos conflitos nacionalistas justificativos da sua implementação noutros recessos europeus. Com efeito, parecia que somente o advento de um regime totalitário conseguiria enquadrar a acção patrimonial em toda uma linha política bastante definida. E que melhor momento para cimentar uma ideologia afim do que arrebatado o olhar, do que apresentar o passado de modo suficientemente cenográfico para desviar as comunidades culturalmente menos apetrechadas dos assuntos que mais importava debater socialmente, mesmo que fosse, para tal, imprescindível destruir ou desvirtuar as “âncoras” preexistentes, sublinhando quantas elevassem a devoção pelos símbolos considerados nacionais, elegendo-os para as suas campanhas de restauro ou (re)criação?

Enquanto isto, a indústria turística engrandecia à sombra dos recursos patrimoniais, não tanto em seu nome, mas dos dividendos que proporcionariam, incutindo no quotidiano ocidental um sentimento de imperfeição, de pertença incompleta a uma sociedade se não perfizesse um número considerável dos novos percursos iniciáticos, como se o Mundo fosse um imenso e inesgotável recinto escolástico. Especialmente quando o discurso se reportava aos computados de impreteríveis, precisamente aqueles que propiciam nos nossos dias a manutenção das novas centralidades destes ancestrais rituais, agora revestidos de outras cores e formas, parecendo fundamentar uma angústia talvez aproximada à vivenciada por quem temia pela sua alma na eventualidade de não conseguir perfazer as peregrinações desejadas e/ou essenciais ao seu resgate. Mas com uma diferença substancial: o desenrolar estonteante dos acontecimentos e da informação parecia não ceder espaço à conveniente reflexão crítica sobre os artefactos observados. E talvez fosse, precisamente, essa a intenção, para que os mesmos capitais permanecessem guardados nos (e pelos) mesmos grupos, enquanto o património funcionava como um amparo à turbulência quotidiana e afastamento dos eternos dilemas existenciais, muito antes de o turismo de massas se transformar, ele próprio e, não escassamente, numa causa dessa mesma abstracção, abrindo caminho à emancipação e maioria de outros patrimónios, longe dos tradicionalmente traçados, antes de serem votados, eles próprios, ao mesmo destino, até que a surpresa e o encantamento se esgotem, se um dia tal fosse possível. Mas, aí, os tempos e os espaços serão, certamente, outros, bem como as vivências diárias e os interesses mais imediatos e pragmáticos da (de uma certa) Humanidade, se se perpetuar enquanto a conhecemos, a traduzimos e entendemos.

Embora inconsciente e involuntariamente, reviviam-se (e revivem-se) os finais de setecentos, inícios de oitocentos, quando, aliados aos seus antigos adversários, alguns *whigs* se associaram a *tories* reformistas para formar o *Country Party*, por oposição à *court*, por contraponto, enfim, à corrupção latente na vida urbana, num hino ao triunfo da (considerada) virtuosa vida campestre sobre a moral corrompida

da arruinada metrópole, uma vez que o arquétipo patrimonial “[...] não é criação *ex nihilo*, inscreve-se numa longa história que é também a dos usos do olhar, das formas da arquitectura, das leituras da paisagem, das modalidades do poder político e social.”¹⁴. Não surpreenderá, por isso, que a aparente sensação de liberdade interior e de visão ampla sobre a realidade circundante conferida pelos jardins paisagistas de inspiração inglesa não pass(ass)e disso mesmo, pois expressarão sobremaneira a crescente tendência (conquanto irreflectida) de busca de clausura individual, de refúgio de uma realidade artificial que nos envolve diariamente, ditando a nossa condição de elementos fora *do* elemento que é a nossa única essência, (con)firmando a dissonância existente nos nossos dias entre a actualidade observada e os modelos emergidos dos seus arquétipos. Pois continuar-se-á a observar a tendência então registada entre nós (embora não só) de (quase) tudo incorporar acriticamente,

Que é em Portugal para tudo o recurso natural. Aqui importa-se tudo. Leis, ideias, filosofias, teorias, assuntos, estéticas, estilos, indústrias, modas, maneiras, pilhérias, tudo nos vem em pacotes pelo pacote. A civilização custa-nos caríssima, com os direitos da Alfândega: e é em segunda mão, não foi feita para nós, fica-nos curta nas mangas¹⁵.

Consolidava-se, deste modo, a forma como, já em pleno século XIX, a denominada (tirania da) *cultura light* sulcava atalhos à passividade populacional perante os quadros apresentados nas diferentes áreas de vivência quotidiana, diversos da “cultura da inquietação” ambicionada pela (ou por uma certa) intelectualidade. Mas parece ser precisamente contra este desassossego que se ergue uma animosidade expressa na mitigação do interesse outrora votado à literatura de viagem, em proporção quase inversa ao aumento das viagens realizadas por um maior número de cidadãos. O que não impedirá a subsistência, junto das individualidades atentas e disponíveis para a ponderação das questões mais profundas da existência humana, de uma permanente busca da nossa identidade (conquanto construída), entretanto sobrelevada pelos acontecimentos originados com a “integração europeia”, com vista à valorização do património cultural português, um exercício apenas plenamente alcançado por intermédio de uma autêntica interacção entre Estado e sociedade civil. Mas, neste processo, torna-se absolutamente essencial entendermos quem somos para podermos, finalmente, lançar pontes para o(s) “outro(s)”, embora produzindo discursos de poder, na medida em que a vivência se afeiçoa perante o(s) outro(s), ou enquanto outro(s).

Lisboa, Dezembro de 2005

¹⁴ Alain Corbin, *Idem*, p. 415.

¹⁵ Eça de Queiroz, *Os Maias*, Lisboa, Livros do Brasil, 2005, pp. 113-114.

BIBLIOGRAFIA ABREVIADA

- BERCÉ, FRANÇOISE (2000). *Des Monuments Historiques au Patrimoine. Du XVIIIème Siècle à nos Jours*. Paris: Flammarion.
- BLANCO, JAVIER RIVERA (2001). *De Varia Restauratione. Teoría e Historia de la Restauración Arquitectónica*. Valladolid: R&R.
- BRENNAN, MICHAEL G. (2004). *The origins of the Grand Tour. The travels of Robert Montagu, Lord Mandeville (1649-1654), William Hammond (1655-1658), Banaster Maynard (1660-1663)*. London: The Hakluyt Society.
- BUTTLAR, ADRIAN VON (1993). *Jardines. Del classicismo y el Romanticismo*. Madrid: Nerea.
- CALAFATE, PEDRO (2001). "Ciência e Religião", *História do Pensamento Filosófico Português*, dir. Pedro Calafate, vol. III. *As Luzes*, Lisboa: Caminho.
- (2002). "Oliveira Martins: as aventuras da História", *História do Pensamento Filosófico Português*, dir. Pedro Calafate, vol. IV, t. I. *As Luzes*, Lisboa: Caminho.
- CANDÉ, ROLAND DE (2003). *História Universal da Música*. 2 vols., Porto: Edições Afrontamento.
- CHOAY, FRANÇOISE (1992). *L'Allégorie du Patrimoine*. Paris: Seuil.
- COSTA, LUCÍLIA VERDELHO DA (1997). *Ernesto Korrodi (1889-1944). Arquitectura. Ensino e Restauro do Património*. Lisboa: Ed. Estampa.
- CUSTÓDIO, JORGE (1993). Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos. De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964). In *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa: IPPAR.
- Dicionário do Romantismo Literário Português*, coord. Helena Carvalhão Buescu, Lisboa: Editorial Caminho, 1997.
- FERREIRA, DAVID MOURÃO (1997). *Alexandre Herculano e a Valorização do Património Cultural Português*. Lisboa: SEC.
- GARRETT, ALMEIDA (1997). Introdução. In *Romanceiro*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- GOUVEIA, HENRIQUE COUTINHO (2000). *A igreja e a cultura em Portugal. museus e museologia*. Lisboa: UCP.
- GUILLAUME, MARC (2001). "Les fonctions sociales du patrimoine", *Trabalhos de Antropologia e Emologia*, vol. 41 (3/4), Porto: SPAE.
- (2003). *A Política do Património*. Porto: Campo das letras.
- HERCULANO, ALEXANDRE (1843). "Conhecimentos uteis. A Escola Polytechnica e o Monumento", *Revista Universal Lisbonense*, 4.ª série, vol. 2, n.º 38, Lisboa: s/e.
- Histoire des Jardins de la Renaissance à nos jours*, dir. Monique Mosser et Georges Teyssot, Paris: Flammarion, 2002.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (1987). *Projectar o Passado. Ensaios sobre a Arqueologia e Pré-História*. Lisboa: Ed. Presença.
- (2000). *Arqueologia, Património e Cultura*. Lisboa: Instituto Piaget.
- (2002). "A Arqueologia como uma das utopias da modernidade", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 42 (1/2), Porto: SPAE.
- (2003a). *A Irrequietude das Pedras. Reflexões e experiências de um arqueólogo*. Porto: Edições Afrontamento.
- (2003b). *Olhar o Mundo como Arqueólogo*. Coimbra: Quarteto.
- (2003c). "Quando o humano deixou de ser natural: primeiro esboço de composição, em seis andamentos, para acompanhamento do "abandono do paraíso primitivo" das "evidências conceptuais" da "pré-história"', *Arquitectando espaços, da Natureza à Metapolis*, coord.

- Vítor Oliveira Jorge, Porto/Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Centro de Estudos Arqueológicos.
- (2005a). A propósito da chamada “agonia do Ocidente”. *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, vol. 44, Porto: DCTP-FLUP.
- (2005b). “Património, neurose contemporânea? Alguns apontamentos sobre o papel da memória colectiva na Idade da Fragmentação”, *Conservar para Quê?* coord. Vítor Oliveira Jorge, Porto/Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Centro de Estudos Arqueológicos.
- MARTINS, ANA CRISTINA (2003) “*Património* Histórico-cultural: a emergência das reformas (do Liberalismo ao Republicanismo). 1.ª parte”, *Património. Estudos*, n.º 5, Lisboa: IPPAR.
- (2004). “*Património* Histórico-cultural: a emergência das reformas (do Liberalismo ao Republicanismo). 2.ª parte”, *Património. Estudos*, n.º 6, Lisboa: IPPAR.
- (2005). “*A memória da ruína, ou a ruína da memória?*”, *Conservar para quê?* coord. Vítor Oliveira Jorge, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/ Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.
- NEMÉSIO, VITORINO, FERREIRA, DAVID MOURÃO (1979). *A mocidade de Herculano. 1810-1832*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- NETO, MARIA JOÃO BAPTISTA (1998). *James Murphy e o Restauro da Batalha*. Lisboa: Ed. Estampa.
- (2000). *O Património e os Media*, coord. Vítor Oliveira Jorge, Porto, SPAE.
- (2001). *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Porto, FAUP.
- POULOT, DOMINIQUE (2001). *Patrimoine et Musées. L'Institution de la Culture*. Paris: Hachette.
- QUEIROZ, EÇA DE, ORTIGÃO, RAMALHO (2004). *As Farpas*. coord. Maria Filomena Mónica, Cascais: Príncipia.
- QUEIROZ, EÇA DE (2005). *Os Maias*. Lisboa: Livros do Brasil.
- RÉAU, L. (1959). *Histoire du Vandalisme. Les Monuments Détruits de l'Art Française*, t. II, Paris: Librairie Hachette.
- SCHAER, ROLAND (1996). *L'Invention des Musées*. Paris: Gallimard.
- SIEGMUND, ANDREA (2002). *Die romantische Ruine im Landschaftsgarten. Ein Beitrag zum Verhältnis der Romantik zu Barock und Klassik*. Würzburg: Königshausen & Neumann.
- SIRE, MARIE-ANNE (1996). *La France du Patrimoine. Les Choix de la Mémoire*. Paris: Gallimard.
- SOROMENHO, MIGUEL, SILVA, NUNO VASSALLO E (1993). Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos. Da Idade Média ao Século XVIII. In *Da Futuro ao Passado*. Lisboa: IPPAR.
- VICENTE, FILIPA LOWNDES (2003). *Viagens e exposições: D. Pedro na Europa do século XIX*. Lisboa: Gótica.